

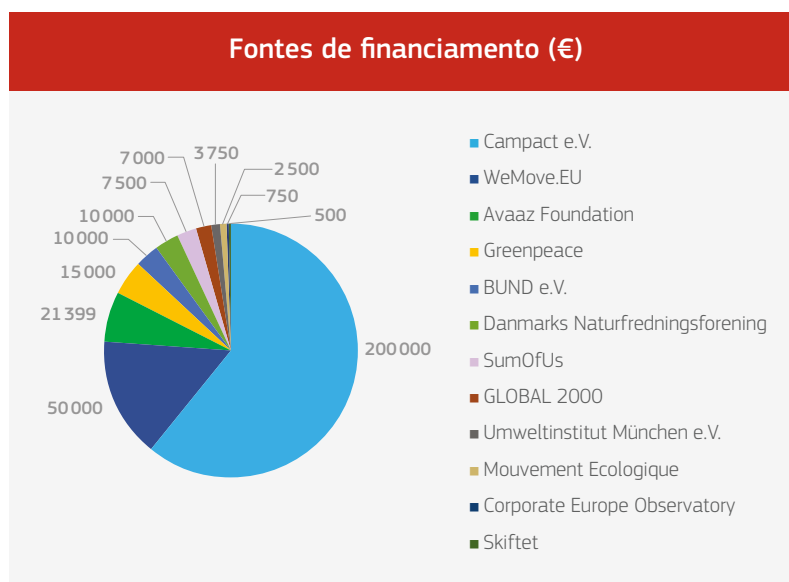
A INICIATIVA «PROIBIÇÃO DO GLIFOSATO»

A iniciativa «[Proibição do glifosato](#)» (designação completa: Proibição do glifosato e proteção das pessoas e do ambiente contra pesticidas tóxicos), que foi registada em 25 de janeiro de 2017, tinha três objetivos concretos: proibir o glifosato, reformar o procedimento de aprovação de pesticidas e estabelecer metas vinculativas para a redução da utilização de pesticidas em toda a UE.

O objetivo último era garantir um futuro sem pesticidas, principalmente sem herbicidas à base de glifosato, já que, segundo os organizadores, a exposição a este tipo de produtos está associada ao cancro nos seres humanos e à degradação dos ecossistemas.

Os organizadores conseguiram angariar 328 399 euros de várias fontes, como a Campact, a WeMove.EU ou o Greenpeace, o que faz com que a iniciativa tenha sido a mais bem sucedida de sempre no que diz respeito ao financiamento.

A Comissão decidiu não proibir o glifosato, mas comprometeu-se a tomar as medidas descritas mais adiante.



Fatores de sucesso:

- > Milhões de europeus dispostos a assinar a partir do primeiro dia
- > O facto de não ser necessário criar uma coligação, mas apenas mobilizar uma coligação já existente
- > Uma base de financiamento sólida

A campanha da iniciativa «Proibição do glifosato»

Preparação

Os parceiros da iniciativa já tinham colaborado na elaboração de uma petição à Comissão Europeia, com a qual tinham sensibilizado a opinião pública para a questão, pelo que encararam «a iniciativa de cidadania europeia como a etapa seguinte» e um prolongamento natural dos seus objetivos.

No entanto, «era difícil para uma coligação tão grande chegar a acordo sobre o modo como a iniciativa deveria ser concebida». Alguns parceiros centraram-se na ligação entre o glifosato e o cancro, outros

na proteção da biodiversidade e outros, ainda, no poder das grandes empresas. Foi necessário trabalhar arduamente para garantir que a iniciativa tinha em conta e representava todos estes interesses.

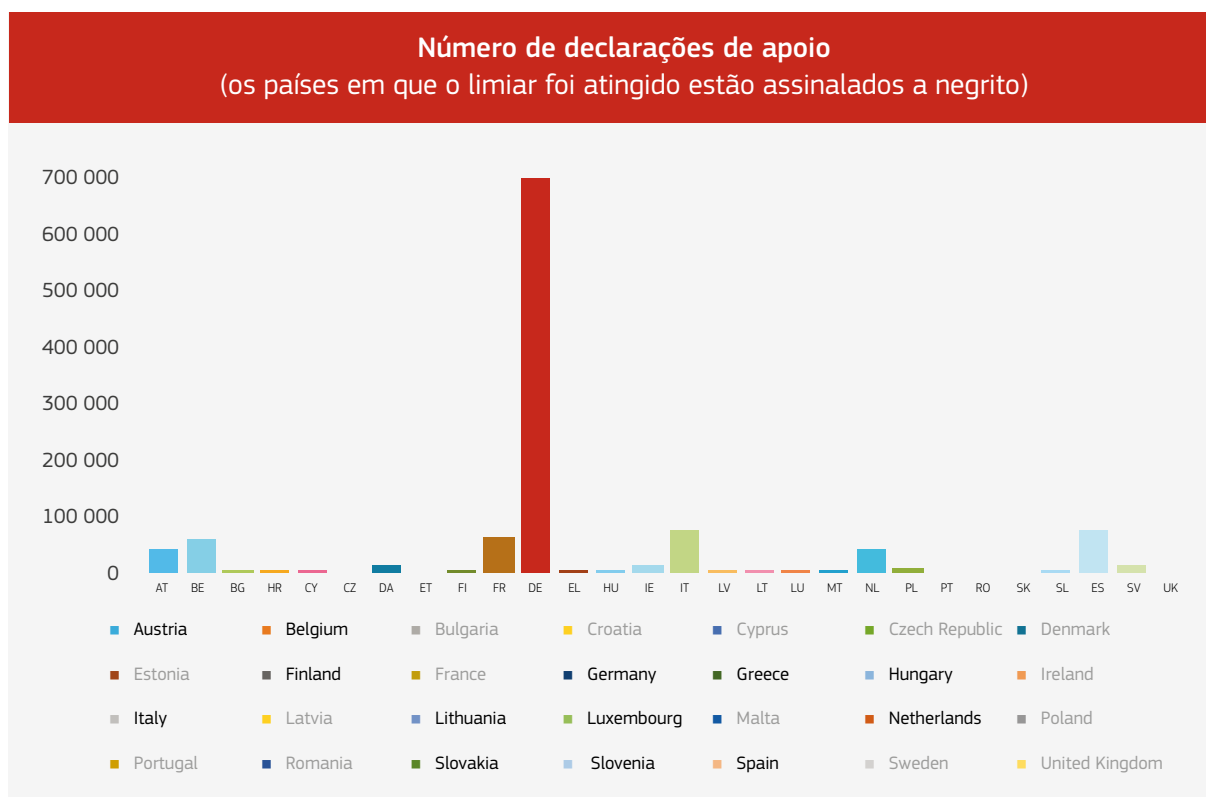
Foi criado um núcleo responsável pela tomada de decisões (o «núcleo organizador») e dez representantes das principais organizações envolvidas passaram a reunir-se semanalmente para tratar de questões como a afetação dos fundos, a estratégia de comunicação, o registo, a redação da iniciativa e do seu anexo, etc.

O coordenador da iniciativa redigiu uma primeira versão, que foi transmitida aos restantes parceiros para comentários. Em seguida, os parceiros reuniram-se e passaram em revista as sugestões integrando-as no documento, que conheceu várias versões. O mesmo processo foi seguido para o anexo.

Recolha de assinaturas

Os parceiros elaboraram uma lista de organizações nacionais que estariam dispostas a participar na campanha e «convenceram-nas individualmente a permitir a recolha de assinaturas nos respetivos sítios Web», através de um formulário incorporado. Estes contactos mantiveram-se de forma regular.

Os organizadores redigiram comunicados de imprensa em inglês e convidaram as organizações parceiras a traduzi-los para as línguas oficiais dos respetivos países e a incluir informações e dados de contacto dos organizadores locais.



Foram contratados especialistas para organizar as campanhas nacionais em três países (Espanha, Itália e França), onde a WeMove.EU, a organização responsável pela coordenação global da iniciativa, tinha ativistas de primeira linha. Os organizadores também estenderam as suas atividades a outros países da UE onde não contavam

com uma estrutura própria. Mais especificamente, a WeMove.EU, juntamente com a Compact e a GLOBAL2000, organizaram um dia de «recolha de assinaturas em papel». Num único fim de semana, graças ao envio de 5000 kits de recolha de assinaturas a apoiantes em toda a Europa, angariaram cerca de 100 000 assinaturas.

No que respeita à recolha por via eletrónica, os organizadores utilizaram o [OpenECI](#), um software de recolha eletrónica que já fora utilizado anteriormente no âmbito de outras iniciativas. O referido software não só fornece o formulário de apoio, como permite recolher diretamente os dados de contacto dos apoiantes e incorporar o formulário de recolha de assinaturas em qualquer sítio web.

Embora, oficialmente, tivessem até 25 de janeiro de 2018 para recolher declarações de apoio, os organizadores conseguiram angariar 1 milhão de assinaturas no prazo de cinco meses e decidiram encerrar o período de recolha mais cedo, em 2 de julho de 2017. Além disso, esforçaram-se por obter rapidamente a certificação das assinaturas para que «a iniciativa pudesse ser apresentada antes de a Comissão tomar uma decisão sobre a manutenção da licença do glifosato».

Verificação e apresentação

Embora alguns países tenham concluído o processo de verificação mais tarde do que outros, a iniciativa foi apresentada em 6 de outubro de 2017, acompanhada de certificados que confirmavam a validade das 1 070 865 declarações de apoio.

Exame e decisão da Comissão

Os organizadores reuniram-se com a Comissão, representada pelo Primeiro Vice-Presidente Frans Timmermans, pelo Comissário Vytenis Andriukaitis e por altos funcionários dos vários serviços em questão, em 23 de outubro de 2017 (ver [comunicado de imprensa](#)). Em 20 de novembro, apresentaram a iniciativa numa [audição pública](#) no Parlamento Europeu.

Os organizadores escolheram «as pessoas mais bem informadas» para participar na reunião com a Comissão, seguindo a mesma estratégia para preparar a audiência pública, isto é, reunindo-se antes para decidir quais os aspetos que gostariam de sublinhar. Muitos deputados do Parlamento Europeu «mostraram-se extremamente solidários».

Na sua [Comunicação](#) de 12 de dezembro de 2017 (ver [comunicado de imprensa](#)), a Comissão chegou às seguintes conclusões:

- Não existem razões científicas que justifiquem a proibição do glifosato.
- A Comissão apresentará uma proposta legislativa Comissão para reforçar a transparência na avaliação dos pesticidas e reforçar a qualidade e a independência dos estudos científicos que estão na base das avaliações efetuadas pela Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (AESA).
- A aplicação da Diretiva sobre a utilização sustentável dos pesticidas será revista.

Para mais informações sobre as medidas de seguimento, incluindo um [roteiro](#) para a proposta legislativa prevista, consulte o [sítio da iniciativa de cidadania europeia](#).

Lições aprendidas



«Se a Comissão for relativamente favorável aos objetivos de uma iniciativa, esta poderá ser um instrumento adequado, mas não é uma iniciativa bem sucedida que vai obrigar a Comissão a fazer algo que não queira fazer ou não esteja em condições de fazer».

Pode dizer-se que a iniciativa foi bem sucedida na medida em que os organizadores obtiveram um milhão de assinaturas, reuniram-se com a Comissão, participaram numa audição pública no Parlamento Europeu e receberam uma resposta da Comissão que incluía várias medidas de seguimento. Contudo, os organizadores consideram que a iniciativa não teve sucesso porque não alcançou os seus objetivos.

Sugestões e conselhos para futuros organizadores



- Antes de lançar a iniciativa, crie um público em linha, com centenas de milhares de pessoas em linha em quem possa confiar para recolher assinaturas. O tempo passa muito rapidamente!
- Se aquando do lançamento da iniciativa não tiver um número considerável apoiantes que o possam ajudar, esteja ciente de que, ao longo do ano de que dispõe para recolher assinaturas, precisa de recolher, em média, cerca de 3000 novas assinaturas por dia.
- Assegure-se de que dispõe de um grande grupo de pessoas que possam começar logo a recolher assinaturas assim que a iniciativa for formalmente registada.
- A maior parte dos fundos veio dos parceiros mais fortes que promoviam a iniciativa. Incentive as organizações parceiras a angariar fundos para financiar as respetivas atividades durante a campanha.
- Acompanhe de perto os progressos realizados na recolha de assinaturas em cada país.

Esta «história de sucesso» é baseado numa entrevista realizada em 22 de fevereiro de 2018 a David Schwartz, coordenador central da WeMove.EU. As informações prestadas são independentes, não refletindo necessariamente a opinião da Comissão Europeia ou de outras instituições da UE ou nacionais. A Comissão não pode ser responsabilizada pela eventual utilização das informações aqui apresentadas.